

CLIPPING IMPRESSO

01/08/2021



INDICE

1. ASSESSORIA	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1
2. AÇÕES TJMA	
2.1. JORNAL PEQUENO.....	2
3. CNJ	
3.1. JORNAL PEQUENO.....	3
4. INSTITUCIONAL	
4.1. JORNAL PEQUENO.....	4

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos Lua acarloslua@folha.com.br



A barbárie escancarada

A violência é um fenômeno que vem constituindo a história do Brasil, desde a colonização, com a extinção de povos originários, a escravidão de índios, de africanos, e a destruição de culturas.

No início da República Velha, a degola fez dez mil vítimas na Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul. O Contestado matou cerca de 30 mil sertanejos pobres de Santa Maria. A Revolta da Armada bombardeou o Rio de Janeiro com canhões. Na Revolução Constitucionalista, de 1932, aviões de guerra bombardearam São Paulo.

Hoje, a violência ganha novos contornos, fragilizando os laços sociais, atentando contra as mulheres, crianças e idosos, disseminando valores belicosos e odiosos com o narcotráfico, a venda de armas, a prostituição infantil, o turismo sexual, a lavagem de dinheiro e os assaltos à luz do dia que se multiplicam de forma acelerada.

A violência – que atravessa a história do Brasil como uma enorme e visível ferida aberta – pode ser explicada pelo contínuo processo de exclusão a que a população mais pobre é submetida, num país drenado por uma engrenagem agressiva e cruel, onde a tirania dos homens cria um retrocesso civilizacional, com o desequilíbrio social.

Como se não bastasse, temos como fenômeno mais recente as balas assassinas que – cinicamente chamadas de “balas perdidas” – continuam ceifando a vida de negros e pobres inocentes todos os dias nos campos de concentração das periferias no país, onde favelados são deixados à própria sorte e escancarados para a própria morte, numa violência covarde que parece não ter fim.

Enquanto isso, somos obrigados a se contentar com a repetição do ritual hipócrita daqueles que – fugindo da responsabilidade de garantir a nossa proteção – reintroduzem inescrupulosamente em seus discursos demagógicos as desgastadas declarações nas marchas fúnebres tristemente ilustradas pelos caixões dos mortos anônimos covardemente trucidados. É por isso que milhões de brasileiros desprotegidos e acostumadas ao esquecimento num país desigual não aceitam mais um sistema político que funciona como um simulacro de democracia com uma base de sustentação alicerçada por ilicitudes, nutrido impiedosamente uma obsessão pela morte de miseráveis que muitas vezes não têm sequer a liberdade de chorar seus mortos, vítimas da crueldade e selvageria.

O Brasil registra, hoje, em média, cerca de 60 mil homicídios por ano, o que equivale a 45% dos homicídios da América Latina. O país – que tem 3,6% da população mundial – responde, sozinho, por 18% dos homicídios no mundo.

A sociedade brasileira está perplexa e não sabe se comportar diante de situação tão incômoda. Não podemos mais conviver com a barbárie escancarada e a guerra a céu aberto, distanciando-nos dos padrões civilizados.

Criminalidade

Os crimes de grande repercussão que causam indignação na sociedade mostram o lado bárbaro do país e trazem à tona novamente a discussão sobre as bases jurídicas de enfrentamento da violência e da criminalidade, num país que não cumpre a sua obrigação fundamental de investir em educação.

Legislação

A cada crime que provoca o clamor popular, políticos demagogos defendem tratamento rígido à criminalidade e pedem mudanças na legislação para reduzir os índices de violência, embora saibamos que isso não vai resolver o problema se o Estado brasileiro continuar ausente na garantia dos direitos básicos do cidadão.

Combate

Não se combate criminalidade apenas com processo penal e com direito penal. A questão não é só alterar a lei penal e a lei processual penal. É preciso também combater as causas da violência. Infelizmente, nossos governantes ignoram isso e potencializam seus discursos contra a criminalidade para atender tão somente os holofotes.

Controle

Fazer a população acreditar que a violência é sinônimo de falta de legislação penal não deixa de ser um ardiloso meio de controle social, que afronta diretamente a Constituição Federal. Temos que ser realistas. Sem a implementação de políticas públicas anteriores às

políticas do direito penal, a questão da criminalidade nunca será resolvida no país.

Irrracional

No Brasil, busca-se cuidar dos efeitos e não das causas da violência. Guiados por um discurso irracional, nossos governantes apontam apenas o rigor da norma penal para a solução da criminalidade, tratando a questão de forma superficial, sem propostas estruturantes, que representem, de fato, mudanças concretas. Os manifestos contra a violência são meras cortinas de fumaça.

Segurança

Como perdeu a capacidade de gerenciar os conflitos sociais e não tendo nada a oferecer em termos de segurança para a população, o Governo Federal procura iludir a sociedade, adotando uma política do pão e circo, com ações inócuas e ineficientes para debelar os problemas. São soluções milagrosas para problemas extremamente complexos.

Encruzilhada

Estamos numa encruzilhada. Se não forem feitas alterações sérias nas políticas de segurança pública, chegaremos ao estado de total inviabilidade. A violação diária da ordem pública extrapolou o limite do suportável pelos cidadãos, com o fortalecimento do poder paralelo da criminalidade, que adquire uma brutalidade cada vez mais espantosa. O combate à escalada da violência só é possível com três ingredientes fundamentais: inteligência, tecnologia e vontade política.



LACROU

Nos últimos anos, a EMAP (Empresa Maranhense de Administração Portuária) vem colecionando prêmios e reconhecimentos pelo modelo de gestão inovadora implantado. Entre as diversas conquistas estão os prêmios concedidos pela ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), o Prêmio Ser Humano Oswaldo Checchia, na modalidade Gestão de Pessoas, Sustentabilidade, Setor Público, da Associação Brasileira de Recursos Humanos do Maranhão e até o Prêmio Valoriza Mulher, concedido pelo TJ-MA (Tribunal de Justiça do Maranhão). O Porto do Itaqui está entre os três primeiros portos brasileiros no IDA (ranking de gestão ambiental) e no Prêmio Portos + Brasil, do Ministério da Infraestrutura.

CANAL DE DENÚNCIA

Sinal Vermelho se torna programa nacional de combate à violência contra a mulher

A campanha de combate à violência contra a mulher lançada em junho do ano passado pelo Conselho Nacional de Justiça, em parceria com a Associação dos Magistrados Brasileiros, agora é uma política nacional. Foi publicada na quinta-feira (29), no Diário Oficial da União, a Lei 14.188/2021, que instituiu o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica.

A campanha foi criada para oferecer às mulheres vítimas de agressões familiares durante a pandemia da Covid-19 um canal de denúncia de maus-tratos e de violência doméstica. “Não podemos ouvir calados que o Brasil é um dos piores lugares para uma mulher viver. Temos o dever de modificar essa situação”, ressaltou o presidente do CNJ, ministro Luiz Fux.

“Com o feminicídio, todos perdem. A família perdeu aquela mãe, as crianças ficarão órfãs e o agressor vai para a cadeia.

A sociedade perde”, afirmou a conselheira do CNJ Tânia Reckziegel. A iniciativa já era lei em dez estados: Alagoas, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia e Sergipe. “Avançamos em alguns municípios, em alguns estados. E tenho certeza de que vamos avançar mais e salvar muitas vidas”.

A nova lei define que o Executivo, o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os órgãos de segurança pública poderão estabelecer parcerias com estabelecimentos comerciais privados para o desenvolvimento do agora programa Sinal Vermelho. Com isso, a letra X escrita na mão da mulher, preferencialmente na cor vermelha, funcionará como um sinal de denúncia de situação de violência.

A identificação do sinal poderá ser feita pessoalmente em repartições públicas e entidades privadas que participem do programa.

Diego Sá surge como nome forte de pré-candidato à presidência da OAB-MA pela oposição

O nome do advogado movimentou os bastidores do cenário político na 'Casa de Todos'

DIVULGAÇÃO

Construir um novo modelo de gestão que alavanque o protagonismo da OAB-MA, tornando-a uma entidade forte, coletiva, atuante e mais presente no dia a dia da categoria. É no intuito de atender aos anseios da advocacia maranhense, que o advogado e atual presidente da Caixa de Assistência dos Advogados do Maranhão (CAAMA), Diego Sá, recebeu a indicação e lançou seu nome à pré-candidatura da OAB-MA para o triênio 2022-2024. As pretensões de Diego Sá são consensuais com diversos grupos de advogados que fazem oposição à atual gestão da Ordem no Maranhão.

O advogado e militante Diego Sá tem 35 anos e exerce a advocacia há 12. Com um perfil conciliador e acessível, o candidato está à frente da presidência da CAAMA desde 2016, onde desempenha um papel significativo na advocacia maranhense. Além de ser o atual coordenador nacional de Esporte da Caixa de Assistência dos Advogados do Brasil, Diego se destaca na área Civil, Processual Civil e Trabalhista, áreas de sua especialidade.

Com uma vasta experiência jurídica e de gestão, Diego Sá tem firmado compromissos com as causas da advocacia maranhense.

Em um discurso enérgico, o candidato tem elencado uma série de problemas enfrentados na atualidade pelos advogados do Maranhão, entre eles, o descumprimento da defesa das prerrogativas da classe, a desvalorização do profissional e a ausência de uma gestão democrática e transparente por parte da OAB-MA.

“Precisamos mudar essa conduta que vem sendo praticada na OAB. Por isso, venho realizando diversos diálogos, unindo forças, no corpo a corpo com os advogados e apresentando uma proposta de gestão que preza pela manutenção da assistência aos advogados, com foco na humanização das ações e da concretização dos direitos da classe. Esse é o nosso lema”, disparou Diego Sá.

Em um diálogo amplo e democrático, o presidente da CAAMA, tem acumulado uma rotina de alternância de pautas referentes à Caixa de Assistência dos Advogados e aos assuntos pertinentes à Ordem, a exemplo das dificuldades enfrentadas pela maioria dos profissionais em seus escritórios. “Tenho visitado muitos escritórios e conversado com os colegas para partilhar um pouco das angústias em relação à gestão da Ordem. Sabemos que é um momento delicado, mas ao mesmo tempo, precisamos de uma gestão na Ordem sensível a essa realidade. O advogado quer uma entidade que contribua, que esteja do lado dele, que entenda as reais necessidades de quem está começando e, também, de quem já está na atividade por muito tempo. Para se



Diego Sá lançou seu nome à pré-candidatura da OAB-MA para o triênio 2022-2024

ter uma OAB forte é necessário que toda a advocacia esteja unida, que todas advogadas e advogados se sintam representados pela OAB”. O nome de Diego Sá ecoa entre os opositores da atual gestão da Ordem como sinônimo de esperança para Seccional Maranhão, e nesse sentido, o advogado reitera que sua candidatura busca derrubar a estagnação da OAB-MA. “Identifico toda movimentação política de forma muito tranquila, pois entendo que o processo eleitoral é algo indissociável do espírito republicano e democrático da nossa entidade. Agora, é extremamente importante separarmos a gestão da entidade, das discussões políticas, sob pena de traírmos o próprio objetivo de representar a todos os advogados e advogadas do Maranhão. Entendo que todos os colegas possuem legitimidade para pleitear um cargo na Ordem, isso é bom para quem quer trabalhar e entregar, de verdade, sua vida à uma causa coletiva. Por isso estamos realizando diversas articulações com outros grupos opositores, o que tem sido muito bom para o coletivo”, complementou.

O pré-candidato afirmou que, diante da atual conjuntura, a gestão da OAB precisa de um gestor de fibra, forte e independente. “Mais do que nunca precisamos de gestores que tenham experiências em crises com um olhar voltado à resolução de conflitos de forma efetiva e de resultado. Infelizmente ainda vamos passar por muitos obstáculos e ainda temos muitas incertezas, por isso temos que ter uma equipe

preparada para responder às demandas da Advocacia de forma rápida e em todas as pautas”, citou.

Diego Sá elencou alguns pontos e demandas de enfrentamento que a advocacia do Maranhão exige de um gestor à frente da Ordem. “O acesso ao Sudiciário, a morosidade da justiça, a defesa de prerrogativas, a valorização da classe são caminhos importantes a trilhar, sem deixar de atuar e ampliar a assistência dos colegas e de seus familiares todos os dias. Isso que a advocacia quer e precisa”, enumerou.

GESTOR EXPERIENTE

Há seis anos à frente da presidência da CAAMA, Diego vem colhendo os frutos das ações positivas implantadas na entidade e o retorno da manutenção dos relacionamentos constituídos no decorrer da sua atuação, prestando a devida assistência para o enfrentamento do dia a dia. “Hoje, vejo a nossa entidade com atuação sólida e reconhecida por toda a classe, esse é o nosso combustível. Nos últimos anos a Caama aparelhou com computadores, impressoras, scanners e mobiliários em geral, diversas salas da advocacia na capital, interior, subseções da OAB, sede da OAB na capital entre outros locais, sempre buscando melhorar o dia a dia dos colegas”.

“Como sempre digo: o nosso compromisso é com a assistência aos nossos colegas, e o resultado, nossa meta”, concluiu.